

A construção da cidade de Maringá – 1947 a 1982

Fabiola Castelo de Souza Cordovil*

Resumo

Apresentamos algumas linhas de análise da tese de doutorado intitulada “A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982” que se dividiu em duas partes. A primeira denomina-se “A criação de Maringá: projeto e história” e constitui-se por dois capítulos. A segunda parte intitula-se “Construir e administrar: técnica e política na construção da cidade” e compõe-se de sete capítulos, sendo um para cada gestão estudada, de 1953 a 1982. Na primeira parte estudamos o contexto regional no qual se formou Maringá e analisamos o seu plano inicial. A segunda parte refere-se especificamente às realizações das administrações municipais. Divide-se em sete capítulos, abarcando as primeiras sete gestões. Em três décadas e meia reconstituímos o processo de construção da cidade e a constituição da cultura técnico-profissional municipal.

Palavras-chave: cidade nova, urbanismo, construção da cidade, Maringá, planejamento urbano.

Abstract

This text presents an analysis of the Ph. D. dissertation entitled “A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982” — “The Planned Adventure: Engineering and Urban Planning in the Building of Maringá.” The dissertation is divided into two parts. The first is called “A criação de Maringá: projeto e história”—“The Creation of Maringá,” and it consists of two chapters. The second part is entitled “Construir e administrar: técnica e política na construção da cidade” — “To Build and to Administer: Technique and Politics in the Building of the City,” and consists of seven chapters, one for each administration studied, from 1953 to 1982. In the first part we study the regional context in which Maringá was formed and we analyze its original plan. The second part refers specifically to the achievements of municipal administrations. It is divided into seven chapters, covering the first seven administrations. In three and a half decades, the process of building the city and the constitution of municipal technical and professional culture, were reconstituted.

Key words: new city, urbanism, city construction, Maringá, urban planning



* **FABIOLA CASTELO DE SOUZA CORDOVIL** é Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/UEM).



O presente texto tem como objetivo apresentar as principais linhas de análise da tese de doutorado intitulada “A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, 1947 a 1982”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, São Carlos, no mês de setembro de 2010.

A começar pelo título, esclarecemos que “A Aventura Planejada” combina palavras contraditórias, mas chama atenção para a vinda de profissionais originários de centros já estruturados na década de 1950, onde obtiveram sua formação técnica e acadêmica, para um local que, embora projetado com base num plano urbanístico moderno, não possuía a infra-estrutura completa de cidade. Porém havia animadoras expectativas com vistas ao futuro do Norte do Paraná. No depoimento do ex-prefeito Adriano José Valente (1969-1972), por exemplo, percebemos que o “espírito aventureiro” fazia parte da personalidade dos que buscavam oportunidades profissionais e, no caso, de atuação na política. “Naquela época se falava muito no Norte do Paraná e eu tive a oportunidade de visitá-lo. Achei uma coisa interessante esta região. Uma região fértil, verde, cheia de florestas ainda. E naturalmente isso fez, naquela época, despertar meu espírito de aventura” (Valente, 1993).

A nova cidade prometia oportunidades a profissionais recém-formados, que dariam sequência à sua construção. Eram aventureiros, mas, também, trabalhadores. Uma observação do jornalista Ivens Lagoano Pacheco esclarece o que queremos dizer: “...Quando se afirma, em tom depreciativo, que o aventureiro fundou o Norte do Paraná, é preciso distinguir entre o aventureiro que fez uma

aventura e fugiu e nós outros, que, nas nossas profissões, fizemos uma aventura e deixamos a solidez do ato praticado para o julgamento da posteridade” (Pacheco, 1969, p. 62).

Nesse título procuramos, portanto, evidenciar que as pessoas que vieram para a região tinham em mente a necessidade de construir e a convicção de que tal objetivo se alcançaria com o trabalho.

A construção da cidade

Como o título da tese sugere, analisamos a construção da cidade de Maringá desde o seu plano inicial, de 1947, até 1982, quando findou a sétima administração municipal. Verificamos o contexto da formulação do projeto inicial e sua importância na indicação das principais diretrizes para a implantação da cidade. Porém o nosso principal interesse foi estudar as gestões públicas e a formação da estrutura administrativa, a fim de compreender a institucionalização do planejamento da cidade.

Quisemos entender como uma cidade ideal e planejada efetiva-se em uma cidade construída e materializada. O plano inicial modifica-se a partir das demandas apresentadas com o desenvolvimento urbano e o adensamento populacional, alterando-se também em vista dos interesses da empresa que o encomendou. Todavia, apesar das transformações, influencia a paisagem urbana, que se constrói progressivamente.

Estudamos o processo de construção urbana, que se deu em forma de ações públicas, as quais realizaram planos, obras públicas, redes de infra-estrutura e legislações urbanísticas e edículas. Tais ações refletiram-se na manutenção ou nas transformações das indicações e concepções existentes no projeto inicial.

As modificações responderam às demandas apresentadas com o desenvolvimento da *urbis* e que, por vezes, não haviam sido contempladas pelo autor do seu plano.

Fruto de um empreendimento privado, Maringá estabeleceu-se em um território onde não havia ocupação urbana anterior e sua demarcação territorial deu-se exclusivamente baseada num plano. A rede regional, na qual a cidade se inseriu como pólo e centro de escoamento de safras, fez parte de um processo de abertura de fronteiras agrícolas nas quais as cidades, previamente planejadas e conectadas por uma ferrovia, urbanizaram o território.

Duas delas, Maringá e Cianorte, foram traçadas pelo engenheiro paulistano Jorge de Macedo Vieira, concebidas segundo ressonâncias de planos de cidades novas e concepções urbanísticas estrangeiras. Em Maringá, analisamos a implantação efetiva do traçado das vias propostas e dos espaços reservados para os equipamentos institucionais. Porém a infra-estrutura básica não foi fomentada pela Companhia que a criou. Portanto, a tarefa coube à incipiente municipalidade. Investigamos o papel das gestões municipais e da formação e consolidação do corpo técnico a elas vinculado, bem como o processo de constituição de uma cultura urbanística moderna, no qual o planejamento foi progressivamente incorporado pelo poder público municipal

Percorremos a história da construção do município ao longo de sete gestões, demonstrando o estabelecimento e consolidação da estrutura administrativa e das ações públicas na área urbana. Na sétima gestão deu-se a primeira significativa ampliação do plano urbanístico, com a reestruturação da rede viária, que pretendeu abranger e

incluir no perímetro urbano as expansões desenvolvidas ao longo de 35 anos. As diretrizes viárias elaboradas em 1979 pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, que compunha um já estruturado corpo técnico municipal, determinaram importantes condicionantes para o crescimento da cidade, as quais ainda hoje são obedecidas nos seus direcionamentos gerais.

Escolhemos a elaboração desse plano para o fechamento do período estudado por vislumbrarmos a consolidação da estrutura técnico-profissional municipal e sua capacidade de estabelecer os rumos do desenvolvimento da cidade marcados pela determinação técnica. Para nós, o final desse período assinala o fechamento do ciclo de formação e consolidação do aparato administrativo e técnico da municipalidade. A partir de 1982, um novo ciclo se inicia, com o estabelecimento das diretrizes viárias, a execução das transformações na área central do plano inicial e as reestruturações técnicas e administrativas, somente possíveis devido à estabilidade alcançada no período anterior.

O período de 1947 a 1982 refere-se a grandes transformações no território brasileiro, no qual a urbanização é o fenômeno mais evidente. O estado do Paraná participou da inversão campo-cidade ocorrida da década de 1960 para a de 1970. Os fluxos migratórios fazem parte do contexto da criação de cidades a partir do processo de colonização fomentado por empresas privadas.

O período de 1950 a 1960, que abrange as duas primeiras gestões, foi o de maior crescimento¹. Nesse momento, a

¹ Segundo os dados do IBGE, em 1950, a população urbana de Maringá era de 7.270 habitantes e a rural de 31.318. Já em 1960, a população urbana aumentou para 47.592 habitantes e a rural para 56.539.

municipalidade possuía uma estrutura administrativa incipiente. No início da década de 1960, houve o maior crescimento ao norte do plano. Na década de 1960 a 1970 a população dobrou² e em 1968 formulou-se o primeiro plano diretor de Maringá. A população continuou aumentando no intervalo de 1970 a 1980³ e as expansões territoriais intensificaram-se. Em 1979, formulou-se a maior modificação do plano inicial, com as novas diretrizes viárias.

Delimitar o período entre 1947 a 1982 não significou a inflexibilidade de ultrapassar as margens temporais. Vimos a necessidade de contextualizar a formação da rede regional, inserindo Maringá na criação de cidades novas em um território sem ocupação urbana anterior.

Em nosso trabalho analisamos basicamente três temas principais: a colonização, o plano e a construção da cidade. Sobre o primeiro tema encontramos uma vasta bibliografia. O plano inicial também foi estudado, principalmente por pesquisadores da área de arquitetura e urbanismo. Porém as análises são reincidentes em diversos aspectos, como a relação do plano de Vieira com o ideário cidade-jardim e com as formulações do manual de Unwin, o qual Vieira possivelmente consultava. Já sobre a construção da cidade, os trabalhos acadêmicos existentes versam sobre temas definidos, como a verticalização, a legislação, os conjuntos uni ou multifamiliares, a segregação socioespacial, as transformações das

áreas centrais etc. Entre os trabalhos que encontramos, o único que abrange as realizações dos prefeitos estabelece um longo período, de 1953 a 2004, e, portanto, realiza uma abordagem panorâmica.

A construção da cidade foi o tema que nos detivemos com mais profundidade, compreendendo a formação e desenvolvimento das redes infra-estruturais. Nosso interesse deteve-se na formação e consolidação do aparato técnico-administrativo e da legislação urbana, edilícia e territorial, além de outros aspectos, como a expansão urbana a partir dos loteamentos aprovados e o surgimento da habitação social, com o estabelecimento de conjuntos habitacionais subvencionados com recursos federais e localizados em áreas periféricas. Procuramos entender como se formam as condições iniciais da gestão pública em uma cidade que nasce traçada, determinada no que se refere à localização dos equipamentos públicos e institucionais, definida em suas áreas de lazer e parques urbanos e, também, as suas áreas comerciais e industriais. A partir dessa análise, investigamos como se dão os rumos e encaminhamentos da cidade no que se relaciona aos interesses particulares da Companhia e da municipalidade, no primeiro momento. Posteriormente, estudamos as adaptações que se empreenderam adequando-se às demandas de outros agentes. A construção dos prédios públicos constitui o foco de nossa pesquisa, porém nas primeiras gestões investigamos as instituições particulares de ensino e os hospitais privados, para analisar a sua implantação, comparando com as áreas institucionais previstas no plano inicial. Destacamos a dificuldade em localizar as escolas municipais e estaduais, por não encontrarmos fontes de pesquisa suficientes.

² Em 1970, a população urbana de Maringá totalizou 100.100 habitantes e a população rural diminuiu totalizando 21.274 habitantes (IBGE, 1970).

³ Em 1980, a população urbana era de 160.689 habitantes e a rural de 7.550 habitantes (IBGE, 1980).

Por meio de uma análise pormenorizada das gestões municipais, detalhamos o levantamento das ações públicas na construção de edifícios e equipamentos urbanos, da legislação, da expansão urbana e da formação da estrutura técnica e administrativa. A análise pontuada por tais itens proporcionou o entendimento da construção da cidade em um processo descontínuo e não linear, marcado pelos interesses dos agentes envolvidos, pelos conflitos desses interesses e também pela atuação de um corpo de profissionais atuando no campo do urbanismo e do planejamento urbano.

O trabalho trata, portanto, de entender como cada prefeito, em sete gestões, contribuiu para a institucionalização do planejamento urbano de Maringá ao empreender a formação e a consolidação do aparato técnico-administrativo, juntamente com o fomento e incremento das redes de infra-estrutura, com a criação de equipamentos e espaços públicos, suas determinações para a expansão urbana relacionada ou não a subsídios federais, bem como os investimentos na habitação social a partir da década de 1960, e a evolução da legislação urbana e edilícia.

Pontos de partida: hipóteses e objetivos

As hipóteses construíram-se juntamente com as indagações sobre o objeto de pesquisa. Na medida em que avançávamos em nossas investigações, observávamos que contextualizá-lo no processo de colonização do Norte do Paraná nos levaria a entender em que medida a Companhia se preocupava com o traçado da cidade e com a sua ocupação, bem como explicaria o seu interesse em manter as isenções fiscais sobre as suas terras elegendo o prefeito

que apoiava, o que não ocorreu em Maringá.

A definição do que foi realizado pela Companhia e do que a municipalidade construiu constituiu-se em um dos nossos principais questionamentos. Entender essa trajetória, principalmente no contexto de litígio em relação à isenção fiscal entre o primeiro prefeito e os dirigentes da empresa colonizadora, pareceu-nos fundamental para a compreensão dos primeiros anos de construção da cidade.

Essa questão tem por fundo a própria concretização das indicações de Vieira, bem como as suas modificações, adaptações e complementações. Analisar os espaços públicos e institucionais, sua manutenção ou seu parcelamento, significava entender a força e importância do plano na implantação da cidade.

Antes disso, porém, interessava-nos investigar quais foram os processos de elaboração do plano inicial. Para tanto, contextualizar o meio acadêmico, profissional e urbanístico em que Jorge de Macedo Vieira formou-se foi fundamental para resgatar as ressonâncias estrangeiras que verificamos no plano e que serão explicitadas adiante.

O estudo das gestões públicas e a formação da estrutura administrativa nos pareceu ser o ponto de partida para compreender a institucionalização do planejamento da cidade, bem como o fomento das redes de infra-estrutura e da legislação urbana e edilícia. Algumas informações sobre a construção da cidade foram, por vezes, sistematizadas pelos próprios prefeitos em seus relatórios de gestão, embora tenhamos encontrados incongruências ao conferir dados de outras fontes.

Foi possível observar a formação da estrutura técnica por meio das leis aprovadas sobre o sistema administrativo municipal. Os profissionais que assumiram as chefias dos departamentos, das secretarias ou órgãos relacionados às ações públicas na área urbana em diferentes gestões constituíram-se em importantes fontes de pesquisa. Vislumbramos na possibilidade de conversar com alguns deles diretamente um valor inestimável para as questões que nos propúnhamos a investigar, cotejando as informações obtidas com outras fontes primárias e secundárias.

Esquemáticamente, resumimos os três principais temas que guiaram as nossas investigações: a) como a cidade se inseriu no contexto da formação da rede regional criada *ex novo*, fomentada por uma empresa privada; b) quais as referências em que o autor do projeto se baseou para formular o plano e qual a importância de sua formação urbanística no contexto em que se formou; e c) como a municipalidade empreendeu a construção da cidade a partir de ações públicas na área urbana, na formulação de leis e na formação e consolidação do seu corpo técnico.

A tese pretendeu colaborar em dois níveis: um mais geral e evidentemente mais estudado, que se relaciona à formulação do plano inicial e à inserção da cidade no contexto regional; e outro mais específico, que diz respeito às ações dos prefeitos e do corpo técnico em formação na construção da cidade em 35 anos de sua história.

As abordagens em capítulos

Além da introdução, na qual inserimos a revisão bibliográfica, dividimos a tese em duas partes. A primeira denomina-se “A criação de Maringá: projeto e história” e é constituída por dois

capítulos. A segunda parte chama-se “Construir e administrar: a construção da cidade” e compõe-se por sete capítulos, sendo um para cada gestão estudada, de 1953 a 1982.

Na primeira parte tratamos de estudar o contexto regional no qual Maringá formou-se e analisamos o seu plano inicial.

O primeiro capítulo refere-se à “colonização do Norte do Paraná” e nele levantamos a formação territorial da extensa rede regional de iniciativa privada. Para tanto, procuramos entender brevemente a formação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, no momento em que foi vendida a acionistas brasileiros, deixando de denominar-se Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP.

Evidenciamos o papel da CTNP/CMNP com a sua política de colonização dirigida e o projeto de modernização de uma extensa área agrícola, processo do qual fez parte o plano da cidade. Destacamos a existência do primeiro núcleo urbano, o “Maringá Velho”, de caráter provisório, criado em 1942 para dar suporte à nova cidade planejada, e que foi incorporado ao plano de Vieira. Por fim, citamos os requisitos necessários para a emancipação municipal, ocorrida em 1951, quando o plano urbanístico se constituiu em importante argumento.

No segundo capítulo da primeira parte investigamos diversos aspectos do plano inicial. Intitulado “O plano inicial de Maringá: concepções e transformações”, o capítulo especulou sobre a contratação de Jorge de Macedo Vieira para a formulação do plano da cidade. A formação urbanística de Vieira foi uma das chaves para relacionar as referências utilizadas em seu trabalho, e assim resgatamos o meio

em que viveu, formou-se e trabalhou. O acesso ao seu acervo pessoal possibilitou a exploração das possíveis influências da bibliografia existente no processo de concepção de seus projetos.

Exploramos a análise do plano inicial, desde as primeiras formulações, para as quais apresentamos peças gráficas encontradas em diversos acervos, até as possibilidades das referências da cultura urbanística do período que nos pareceram evidentes. Também realizamos um estudo comparativo entre o plano de Vieira e a implantação da cidade, utilizando um mapa de 1957, no qual se observa o parcelamento do solo, evidenciando a descaracterização das áreas reservadas e/ou indicadas para instituições e equipamentos de lazer, em sua maioria parceladas pela Companhia.

A segunda parte do trabalho referiu-se especificamente às realizações dos prefeitos. Dividiu-se em sete capítulos, abarcando as primeiras sete gestões municipais. Em três décadas e meia reconstituímos o processo de construção da cidade e a constituição da cultura técnico-profissional municipal atuante no campo do urbanismo e do planejamento urbano.

Duas referências bibliográficas foram utilizadas para a estruturação dos capítulos sobre as gestões. A primeira delas referiu-se à descrição da construção da cidade de Paris realizada pelo barão Haussmann, no tomo III da publicação intitulada *Mémoires du baron Haussmann*, divulgada originalmente em 1893. O autor aborda diversos aspectos do plano de Paris, além dos serviços dos engenheiros, do sistema viário, dos jardins e bosques, dos serviços de abastecimento de água, dos cemitérios, e do departamento responsável pelas obras arquitetônicas. Haussmann (1893) destaca diversos profissionais responsáveis pela

construção de edifícios e de equipamentos públicos. Relata ainda a consolidação dos serviços municipais.

A outra referência foi dada por Saturnino de Brito no seu texto apresentado no Congresso dos Prefeitos de Pernambuco, de 1918, intitulado *Melhoramentos municipais – saneamento*. Ao abordar a organização dos planos de conjunto, Brito (1918) sugere que a municipalidade deveria ter um programa geral, que seria organizado racionalmente. Para o autor, os melhoramentos municipais compreenderiam, de modo geral, dez serviços, quais sejam: a) traçado da cidade, saneamento e aformoseamento; b) edifícios públicos e particulares; c) iluminação; d) força e tração elétrica; e) estradas municipais e intermunicipais; f) navegação interior; canais; g) exploração das quedas d'água; h) saneamento rural; proteção das águas; i) proteção e exploração das matas; j) obras contra as secas e inundações. Brito (1918) considera a possibilidade de que outros serviços compoñham os itens expostos.

Em nosso trabalho, dividimos os capítulos da segunda parte em sete capítulos, sendo uma para cada mandato de prefeito, e seguem a mesma estrutura de exposição dos temas: introdução; a constituição do aparato administrativo e técnico; a construção da cidade (a infraestrutura, os equipamentos e espaços públicos e os edifícios públicos); a expansão da cidade (a partir da terceira gestão); a habitação popular (a partir da terceira gestão); e a legislação urbana e edilícia, bem como o código tributário.

A introdução apresenta um breve perfil de cada chefe do executivo municipal e relata determinadas peculiaridades que levaram à respectiva vitória no pleito. A constituição do aparato administrativo e técnico interpreta a constituição da

estrutura administrativa por meio de organogramas elaborados a partir das leis municipais. Enfatizamos a formação e a constituição dos departamentos e dos setores relacionados às obras, ao urbanismo e à institucionalização do planejamento urbano, por serem o foco de nossa pesquisa. Ao mesmo tempo, nominamos os profissionais que fizeram parte da chefia de tais repartições, sendo que quase todos foram entrevistados.

Quanto à construção da cidade, dividimos em três temas relacionados às obras realizadas pelos prefeitos, quais sejam: a infra-estrutura, os equipamentos e espaços públicos e os edifícios públicos e privados. Nesse item é possível observar como a cidade se formou *pari passu*. Para tanto, apresentamos material iconográfico encontrado em variadas fontes e realizamos alguns mapeamentos.

A expansão da cidade definiu-se como item nas estruturas dos capítulos somente a partir da terceira gestão, quando se observou a aprovação de um grande loteamento ao norte do plano. No entanto, em todos os capítulos existe o mapeamento das aprovações dos loteamentos baseado em listagem de 2002, fornecida pela Prefeitura Municipal. Nas duas primeiras gestões a expansão mapeada consta em item não especificamente relacionado à expansão urbana, como, por exemplo, o da legislação. Adotou-se essa medida pelo fato de o crescimento horizontal da cidade não ser tão significativo como a partir da terceira gestão.

O mesmo aconteceu com a habitação popular, que somente aparece no terceiro capítulo da segunda parte. No caso da habitação popular, mapeamos os conjuntos habitacionais realizados com subsídios estaduais e federais a partir da década de 1960. Analisamos

sua inserção na estrutura urbana existente e os investimentos em infra-estrutura realizados por conta deles.

O último item dos capítulos trata da legislação urbana e edilícia, destacando-se as leis que interferiram na modificação de usos das vias urbanas e na ocupação dos terrenos, na definição do perímetro urbano, além de outras leis específicas, como a de loteamento, zoneamento e código de posturas e obras. Focamos também o código tributário no que se refere à taxação do imposto territorial, por ser, nas duas primeiras gestões, motivo de litígio entre a municipalidade e a Companhia.

Algumas considerações

O plano urbanístico moderno de Maringá incluiu-se na propaganda da Companhia e assumiu importância fundamental. Há uma defasagem entre o projeto e a realidade em uma região que se transforma ao introduzir uma nova paisagem, civilizatória e moderna. No Paraná, um projeto moderno de cidade foi implantado *ex-novo*, uma década antes do início da construção de Brasília. Realizamos algumas aproximações entre o plano de Brasília e o de Maringá, por serem duas cidades implantadas *ex-novo* e em zonas de expansão. Considerando suas diferenças de escala e função, ambas nasceram de projetos modernos, embora em Maringá houvesse um sentido distinto, por se aplicar a uma cidade de colonização. Ambos os planos surgiram num contexto nacional de transformações da rede urbana.

As relações profissionais e pessoais de Vieira certamente foram determinantes para que lhe fosse designada a elaboração do plano de Maringá. O meio no qual viveu e se formou aproximou-o de personagens que tinham grande influência política e

econômica na época, como Francisco Prestes Maia e Cássio da Costa Vidigal, principalmente, e foi supostamente por meio deles que recebeu a tarefa de elaboração do plano.

O zoneamento sugerido por Vieira demonstrava haver maior preocupação com a ocupação segundo o padrão econômico dos moradores do que propriamente com os usos. Além das zonas das indústrias e dos armazéns, as demais se relacionavam com a estratégia de vendas da Companhia, refletindo a valorização das terras por sua localização e tamanho dos lotes. A segregação de classes no espaço foi dada como pressuposto do plano.

O estudo dos códigos tributários nas sete gestões demonstrou que os privilégios fiscais concedidos à Companhia aconteceram nos primeiros mandatos, sendo que somente a partir da quarta administração houve a tentativa de taxação progressiva para proprietários que mantivessem sem uso os seus lotes por mais de cinco anos. Nesse momento, entretanto, a Companhia já tinha a maioria dos seus lotes vendidos. A partir da quinta gestão, o cadastro imobiliário tornou-se parte do código tributário, sendo elaborado pela primeira vez pela equipe do Eteplan, na gestão de Adriano Valente (1969-1972). Nas duas últimas gestões, a tributação incidia sem mencionar quaisquer privilégios fiscais a proprietários de terras.

Os profissionais que se vincularam à estrutura técnica municipal foram incorporados lentamente. A constituição de um corpo técnico municipal voltado para a gestão do desenvolvimento urbano foi crescente. Do primeiro engenheiro contratado pelo município, em 1953, à formação de uma estruturada Coordenadoria de Planejamento, Urbanismo e Habitação,

em 1979, observamos estruturações, criações e extinções de órgãos voltados para as obras e para o urbanismo.

A partir de 1982, com a estrutura técnica consolidada e com as diretrizes de crescimento estabelecidas, um novo ciclo se iniciou, com as transformações na área central. Em 1979, houve a necessidade de um plano que abrangesse os conjuntos habitacionais implantados em áreas afastadas, levando à reformulação e ampliação do sistema viário formulado pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha.

Fica-nos evidente a relação entre o sistema viário e a incorporação de novos loteamentos, principalmente daqueles financiados pelo BNH, nos quais diversos programas fomentaram a pavimentação de vias. Entre o centro urbano consolidado e tais conjuntos formavam-se enormes vazios.

O corpo técnico municipal comandava a implantação dos edifícios públicos e principalmente a construção das redes de infra-estrutura, começando pelos serviços mais fundamentais, como a energia elétrica e o abastecimento de água.

Nos limites da pesquisa, não pudemos investigar diversos temas que passaram tangentes ao nosso trabalho. Porém vislumbramos possibilidades de novas investigações, como o processo de formação e consolidação do legislativo municipal; um estudo comparativo entre o Eteplan e o Ippuc, formados na mesma época; a análise detalhada das propostas do documento do Plano Diretor de Desenvolvimento, elaborado em 1967 e aprovado em 1968; as ações municipais no âmbito da assistência social; o processo de formação, os trabalhos e a dissolução do Eteplan; uma pesquisa específica sobre a fundação e desenvolvimento das escolas

municipais e estaduais em Maringá; uma análise sobre as obras não construídas, que ficaram somente no papel ou em leis que viraram letras mortas; uma pesquisa aprofundada da formação e construção dos conjuntos habitacionais uni e multifamiliares, com o estudo de sua tipologia arquitetônica e urbanística; uma investigação da formação e composição do corpo técnico de engenheiros e arquitetos da Prefeitura; um estudo sobre a transferência dos serviços de água e esgoto para a Sanepar; e os impactos dos Projetos Cura I, II, III e IV no município, entre outros temas que a tese não pôde contemplar, como um exame mais aprofundado do plano de Maringá na cultura urbanística moderna e o plano de Brasília.

Os engenheiros foram os primeiros a chegar, desbravando as terras a partir do planejamento da CNTP/CMNP. Do plano encomendado houve o traçado das vias principais, a delimitação e parcelamento das quadras e a reserva das áreas verdes e de lazer. Esses profissionais, que provinham de centros dinâmicos, nos quais obtiveram sua formação em universidades reconhecidas, tiveram por tarefa implantar as redes de infra-estrutura e os serviços urbanos baseados no traçado e nas áreas reservadas no plano inicial. Vislumbraram oportunidades de trabalho na nascente civilização e vieram, como tantos outros, em busca de uma vida melhor. Chegaram para uma aventura, mas para uma aventura na qual o trabalho era a principal forma de sobrevivência e de ascensão social, com a possibilidade de construir uma carreira de reconhecimento profissional. Vincularam-se à municipalidade e certamente dependiam dos pactos políticos e dos interesses do mercado. Porém não resta dúvida de que as suas

atuações fizeram de Maringá uma cidade peculiar no quadro das cidades novas de colonização no Brasil, marcada pela excepcionalidade do seu traçado urbano, embora excludente socialmente, como as demais cidades brasileiras.

Referências

- BRITO, Saturnino de. Melhoramentos municipais – Saneamento. Notas para o Congresso dos Prefeitos de Pernambuco (1918). In: **Obras Completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, volume XX, pp. 159-170.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982**. 2010. 636 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Clichetec, 2008.
- HAUSSMANN, Georges Eugène. **Mémoires du baron Haussmann**. Tome III. Paris: Victor-Havard, 1893.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos**, 1950, 1960, 1970, 1980.
- MARINGÁ (Prefeitura Municipal) **Lista de bairros com área e população**. Maringá, 2002.
- PACHECO, Ivens Lagoano. Memórias de um bom sujeito. **Revista Panorama**, nº 203, agosto de 1969 (encarte).
- RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação espacial na região metropolitana de Maringá**. 2004. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- VALENTE, Adriano José. **Adriano José Valente: depoimento** [dez. 1993]. Entrevistador: J. L. L. Leal. Maringá: Gerência de Patrimônio Histórico/PMM, 1993, 1 fita VHS. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Prefeitura de Maringá.